



ANOTAÇÕES AFRICANAS EM AGENDAS ATLÂNTICAS¹

Resumo: A historiadora Lucilene Reginaldo narra a sua trajetória acadêmica na graduação na PUC-SP e na pós-graduação na PUC-SP e na Unicamp, destacando origens familiares, influências intelectuais e acadêmicas. Analisa seus estudos em História da África e o papel dos intelectuais negros e negras nas mudanças na historiografia. Avalia o seu papel como docente e acadêmica negra.

Palavras-chaves: História da África, historiografia, história intelectual e Lucilene Reginaldo

ATLANTIC AFRICAN AGENDAS

Abstract: Lucilene Reginaldo analyzes her academic trajectory in undergraduate studies at PUC-SP and graduate studies at PUC-SP and Unicamp, highlighting her family origins, intellectual and academic influences. She analyzes her research in African history and the role of black and black intellectuals in changing historiography. It evaluates its role as black teacher and academic.

Keywords: African history, historiography, intellectual history and Lucilene Reginaldo

LAS AGENDAS AFRICANAS ATLANTICAS

Resumen: Lucilene Reginaldo analiza su trayectoria académica en estudios de pregrado en la PUC-SP y estudios de posgrado en PUC-SP y Unicamp, destacando sus orígenes familiares, influencias intelectuales y académicas. Analiza su investigación sobre la historia africana y el papel de los intelectuales negros y negras en el cambio de la historiografía. Evalúa su rol como docente y académico negro.

Palabras-claves: Historia africana, historiografía, historia intelectual y Lucilene Reginaldo

AGENDAS DE L'AFRIQUE ATLANTIQUE

Résumé: Lucilene Reginaldo analyse sa trajectoire académique dans les études de premier cycle à PUC-SP et les études supérieures à PUC-SP et Unicamp, mettant en évidence ses origines familiales, ses influences intellectuelles et académiques. Elle analyse ses recherches sur l'histoire de l'Afrique et le rôle des intellectuels noirs et noirs dans l'évolution de l'historiographie. Il évalue son rôle d'enseignant noir et d'universitaire.

¹Entrevista, edição e organização de Stephane Ramos (doutoranda em História pela Universidade de Brasília, E-mail: stephane.rcosta@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5162-5970>) e Flávio Gomes (professor da UFRJ e pesquisador do CNPq, Professor da UFRJ e pesquisador do CNPq. E-mail: escravo@prolink.com.br . ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2386-7040>)

Mots Clés: Histoire africaine, historiographie, histoire intellectuelle et Lucilene Reginaldo

LUCILENE REGINALDO

Professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Concluiu o Mestrado em História na PUC-SP em 1995 com a dissertação “A História que não foi contada: identidade negra e experiência religiosa na prática do Grupo de União e Consciência Negra (1978-1988)”. Seu Doutorado em História foi na UNICAMP, em 2005, com a tese “Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidade africanas na Bahia Setecentista”. É autora de livros, destacando-se “Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista! (Alameda/FAPESP, 2011), além de inúmeros coletâneas, capítulos de livros, vários de seus estudos aparecem publicados em *Africana Studia*, *Afro-Ásia* (CEAO-UFBA), *Boletim de História*, *Cadernos de Estudos Africanos*, *Cadernos Pagu* (UNICAMP), *Estudos Ibero-Americanos*, *História* (UNESP); *História Unisinos*, *Humanas* (UEFS), *Revista da APG* (PUCSP), *Revista de História* (Rio de Janeiro), *Revista de História* (USP), *Sitientibus* (UEFS), *Stockholm Review of Latin American Studies*, *Studia Historica*, entre outros periódicos.

ORIGENS

Fale um pouco da sua origem familiar e trajetória até entrar na Universidade. Quais foram as primeiras referências familiares e extrafamiliares? Como foi a formação no primeiro e segundo grau?

Eu nasci em Santo André, no ABC Paulista. Cresci em um bairro operário. A maioria dos nossos vizinhos era de empregados das indústrias metalúrgicas. Mas meu pai, que era soldador, trabalhou durante 25 anos, até sua aposentadoria, na Petrobrás. Era uma categoria de trabalhador privilegiada. Tive uma colega “comunista universitária” que dizia que eu era filha da “aristocracia do proletariado”.

Meus avós maternos e paternos migraram para Santo André nos anos de 1930 e 1950, respectivamente. Meu avô materno - assim como minha avó - nasceu em São Simão, perto de Ribeirão Preto, foi um dos primeiros funcionários da prefeitura municipal



de Santo André, condutor do “carroção” da coleta de lixo. Meu avô paterno nasceu em Juiz de Fora, migrou para o Oeste Paulista, onde conheceu e se casou com minha avó, que era natural da Freguesia de São Carlos. Eles foram colonos em várias fazendas de café. Aliás, as famílias negras que viveram sob o regime de colonato foi um dos vários temas que eu pensava estudar quando comecei a me interessar por história. Convivi muito com meus avós paternos. Tenho memórias vivas dos dois: minha avó era brava e contava histórias do “tempo do cativo”; meu avô tinha uma gargalhada estrondosa, guardava com zelo suas cadernetas dos tempos do colonato, praticava caligrafia copiando frases de um bonito manual e escrevia cartas para os parentes que moravam no interior. Era ele que me buscava na escola nos dias de chuva e lembro que ficava sorridente me vendo brincar de professora. Acho que isso tem alguma coisa a ver com minha escolha profissional.

Minha mãe estudou até o antigo quarto ano num grupo escolar em Santo André e lamentava não ter podido continuar os estudos. Relembrando suas histórias, à luz do que venho estudando nos últimos tempos, consigo avaliar o peso do racismo na trajetória escolar de uma menina negra na década de 1940. Tem uma história memorável, que “embalou” a minha infância e a do meu filho. No primário, minha mãe ficou um ano sem poder estudar, foi expulsa da escola porque quebrou o braço de um menino que chamou sua irmã de macaca preta. Minha tia tinha paralisia infantil. Naqueles anos, Monteiro Lobato era livro “didático” nas escolas de São Paulo. Meu pai fez o Madureza (curso de [educação](#) de jovens e adultos, que ministrava disciplinas dos antigos [ginásio](#) e [colegial](#), a partir da [Lei de Diretrizes e Bases da Educação](#), de [1961](#)). Acredito que os dois tinham clareza de que a permanência na escola era muito importante. Eu e meu irmão fomos muito estimulados nos estudos, na verdade, fomos obrigados a levar a escola a sério. Nesse sentido, tenho duas lembranças fortes dos meus pais. Da minha mãe buscando ajuda para aprender matemática moderna para me ajudar com a lição de casa. Do meu pai me levando no seu horário de almoço para fazer a carteirinha de consulente da Biblioteca Municipal de Santo André. Esta biblioteca, já disse isso em várias ocasiões, me abriu as portas para um mundo desconhecido, além do gosto pela literatura, que ainda hoje é o que me alimenta a alma.

Cursei o primeiro e o segundo grau em escolas públicas. Sempre fui boa aluna, modéstia à parte. Principalmente em português. Adorava ler e escrever. Tive duas professoras de português (Cleide, no 1o. grau, e Ana, no 2o. grau) que sacaram minha



curiosidade pelos livros e me emprestavam os de suas bibliotecas particulares para ler no período de aulas e nas férias.

Mas desde o final do ensino fundamental, e durante todo ensino médio, eu era do tipo “militante” - como é possível ser entre os 14 e 17 anos. Nasci em 1967, então vivi a adolescência no clima da reabertura, das Diretas-já, do novo sindicalismo. Então, participei das Comunidades Eclesiais de Base, das passeatas e missas do Primeiro de Maio em São Bernardo do Campo, de movimentos negros que se organizavam na Igreja Católica, de reuniões no Fundo de Greve no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Até em assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo eu fui. Foi através dos movimentos da chamada igreja popular que cheguei a todos os outros. Na minha família, havia praticantes e crentes de três religiões: católicos, umbandistas e evangélicos. Mas não me recorro de nenhum conflito de interesses e crenças. Nas minhas memórias da infância, as velas da procissão do Senhor Morto se misturam com o cheiro de incenso e os conselhos de Preto Velho e da Dona Alice benzedeira. Seguindo a “tradição” católica familiar, eu fiz a primeira comunhão e depois comecei a participar de um grupo de jovens-adolescentes coordenado por seminaristas muito progressistas, entusiásticos da Teologia da Libertação. E, de repente, eu havia me tornado uma militante das CEBs.

HISTÓRIAS DAS HISTÓRIAS: A PUC-SP

Como foi a escolha pela História? O que te motivava e evocava na graduação? Quais os livros, abordagens, autores?

Minha escolha pela história tem relação com o ativismo político na adolescência, mas também com meu interesse pela leitura. Até o último ano do segundo grau, isso era 1985, eu estava em dúvida entre a História e a Literatura. Mas acho que aí os interesses da militância falaram mais alto, daí a História, que me fazia sentir parte de um coletivo. A literatura era um prazer meio solitário, compartilhado com uma ou duas amigas.

Particpei ativamente de um movimento chamado Grupo de União e Consciência Negra. O grupo foi fundado em 1981, mas as discussões que deram origem à proposta começaram em 1978, no 1º Encontro do Grupo de Estudo de assuntos ligados à Evangelização do Negro brasileiro, na sede da CNBB, em Brasília. É importante ressaltar



que esse movimento, que surgiu à luz da Teologia da Libertação, das comunidades de base, das pastorais populares, também teve inspiração nos movimentos negros do final dos anos de 1970. Eu diria que três dos mais importantes pilares do grupo estavam em consonância com o movimento negro: ecumenismo (leia-se respeito, convivência e incorporação das religiões afro-brasileiras), protagonismo dos negros na resolução dos seus próprios problemas, importância do estudo da história. Foi participando desse movimento que comecei a me interessar pela história da escravidão, do negro no Brasil. O GRUCON produzia e reproduzia materiais interessantes de divulgação da história, que depois acabei estudando no mestrado: panfletos, cartilhas, histórias em quadrinho, cartazes etc. A história da exploração e da resistência do negro no Brasil era um pilar fundamental da militância antirracista. Esse lugar privilegiado da História nestes movimentos, avalio, tem relação com a formulação e promulgação, décadas mais tarde, da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura do negro no Brasil e a história da África.

Eu fiz graduação na PUC de São Paulo. Ingressei no curso de História em 1986. Logo no início da graduação fui selecionada para uma bolsa de iniciação científica do CNPq vinculada a um projeto intitulado “Igreja e Movimentos sociais no Brasil: atuação dos cristãos no Brasil República, 1920 – 1980”. O projeto era coordenado pela professora Déa Fenelon, na época, é claro, não tinha a menor ideia da importância dela para a historiografia brasileira. Estive vinculada a este grupo de pesquisa durante toda minha graduação. Só depois de alguns anos é que pude dimensionar a excelente iniciação no ofício de historiador que tive naqueles anos. Tínhamos reuniões periódicas de estudo e nestas fui introduzida aos autores e temas da história social. Foi neste grupo que li pela primeira vez o volume I da tradução de *Formação da Classe Operária Inglesa*, de E. P. Thompson.

Na graduação, meus interesses se concentraram em história e historiografia dos movimentos sociais e da escravidão e em História da América. Cursei Brasil I com Antônio Penalves, e me recordo até hoje de uma resenha que fiz sobre a *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr. Acho que fui bem ousada fazendo uma crítica ao racismo de Caio Prado. Lembro que tirei uma nota muito boa. No curso de História da América Colonial II, oferecido por Fernando Londoño, conheci a obra de Eugene Genovese (*O mundo dos senhores de escravos*). Numa outra disciplina de América, com a saudosa Rosely Coelho, pude ler *Economia política da escravidão*, do mesmo autor. A



iniciação científica, além destes e outros cursos em que pude estudar textos importantes de história social, me permitiu, ainda na graduação, fazer uma boa leitura de livros como *Rebelião escrava no Brasil* (primeira edição), de João José Reis. Também lembro que meu trabalho- realizado por um grupo muito entusiasmado - foi elogiado.

Não havia a disciplina de História da África no curso de História da PUC, nem no elenco de optativas. Meu primeiro contato com a historiografia da África foi num grupo de estudos com colegas que algum tempo depois fundariam o NEAFRO (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da PUC/SP). Eu já estava no mestrado. A gente lia e discutia, por exemplo, capítulos dos volumes de *História geral da África*, da UNESCO. Era o que tínhamos em mãos. Mas tenho viva na memória o impacto causado pelo artigo de Robert Slenes "Malungu ngoma vem". O interesse pela "África no Brasil" - mas também pela África independente da diáspora - estava presente naquele grupo e tomou corpo nas pesquisas realizadas posteriormente por alguns de nós. Acácio Almeida, por exemplo, fez o mestrado sobre a importância dos referenciais africanos de morte nas irmandades, nos candomblés e no culto de Baba-Egum e depois fez o doutorado sobre saúde, doença e morte na Costa do Marfim.

Como foi a sua entrada na pós-graduação e escolha de temas para estudo?

Eu tinha 23 quando terminei a licenciatura. Fiquei um ano e meio com vários projetos na cabeça: escravidão nas propriedades dos religiosos beneditinos (eles tinham uma fábrica de tijolos em São Caetano do Sul -ABC), movimentos negros em diferentes períodos (tive acesso a vários jornais da imprensa negra na iniciação científica) e, por fim, as irmandades católicas. Por incrível que possa parecer, comecei a me interessar pelas irmandades quando passei um semestre estudando na cidade do México. Fui fazer um curso sobre História da Igreja na América Latina, promovido pela Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina - CEHLA. Morei em um alojamento bem próximo ao Colégio do México. Alguns professores do curso eram do Colégio. Fiquei tão impressionada com as irmandades mexicanas e com a história e os arquivos coloniais, que fiz o trabalho final sobre as irmandades e devoções de negros e indígenas. Talvez aí tenha começado também meu interesse pelas fontes e pela história colonial.

Mas a estadia no México me proporcionou outras "viagens". Voltei ao Brasil "enamorada", também pela literatura latino-americana. Por causa da biblioteca pública



de Santo André, eu já tinha lido autores mais conhecidos como Gabriel Garcia Marquez, Vargas Lhosa e Manuel Scorza. Empolgada, resolvi fazer uma disciplina de Literatura latino-americana. Não levei adiante a disciplina, nem tampouco o estudo da literatura, mas adorei ler novos romances. Desta lista, me recordo especialmente dos dois escritores peruanos (José Maria Arguedas e Ciro Alegria), do mexicano Juan Rulfo e do guatemalteco Miguel Angel Asturias. Aliás, desse último é um dos livros que mais me impressionaram naquela época: O Senhor Presidente. Agora me dou conta de que eram todos homens e não sei por que esqueci de dizer que li todos os livros da Isabel Allende publicados nos anos de 1990. Anos depois, como professora de História da África, fiz outras viagens e descobertas literárias que, de certo modo, foram informadas por esses movimentos da juventude. Não sou estudiosa da Literatura Africana, mas vários textos e autores ocupam espaço importante nas minhas disciplinas. Não apenas como fontes, mas como outra possibilidade de produção de conhecimento. Certamente mais livre e ousada do que a História.

No final das contas, decidi fazer o mestrado na PUC-SP. A escolha foi, em grande parte, uma consequência da minha inserção naquele projeto de pesquisa da graduação. Meu mestrado foi sobre a história do Grupo de União e Consciência Negra, que já mencionei. A pesquisa do mestrado se beneficiou diretamente da minha formação na graduação. Conhecia bem as fontes e a bibliografia sobre os movimentos sociais na Igreja Católica. De outra parte, eu estava envolvida com o debate promovido pela militância negra na universidade e isso acabou pesando na escolha do projeto a ser apresentado para a seleção de mestrado. Hoje eu tenho a certeza de que não era só uma questão política, foi também uma demanda existencial, o que talvez elucide meu afastamento do tema depois que terminei o mestrado. Quando, “definitivamente” me afastei dos movimentos e da religião católica. Defendi o mestrado em 1995, com muitas ideias e sem muita certeza do que gostaria de pesquisar a partir dali. Pensei até em fazer doutorado em Antropologia! Eu tinha feito um curso com a Professora Josildeth Consorte e fiquei muito interessada nos chamados estudos afro-brasileiros, especialmente na obra e biografia de Edison Carneiro. Enfim, tem aí um intervalo de cinco anos até ingressar no doutorado. Então preciso falar um pouco da minha trajetória entre o mestrado e o doutorado.

CAMINHOS SEM MARGENS



Fale um pouco da sua trajetória acadêmica em diferentes locais e instituições, recebendo influências e acompanhando o campo de estudos sobre a História da África.

Terminado o mestrado, fui procurar emprego. Trabalhei em faculdades particulares em São Paulo e no ABC. Mas muito influenciada por colegas que tinham prestado concurso e ingressado em universidades públicas de outros estados, decidi fazer o mesmo. Queria voltar a fazer pesquisa. Terminei o mestrado interessada nas irmandades negras. Como já disse, eu tinha começado a me interessar pelo tema - e pela história e fontes coloniais - no México. Além disso, no mestrado, as devoções e as antigas organizações negras (irmandades) católicas começaram a me chamar atenção. Aliás, irmandades seculares como as do Rosário de São Paulo e Salvador - ainda atuantes hoje em dia - participavam de iniciativas e debates promovidos pelos novos grupos negros católicos.

Comecei a ler a bibliografia, reconhecer as fontes, o potencial dos arquivos. Resolvi que eu só poderia me mudar para Minas ou para Bahia, especialmente por causa da quantidade e qualidade dos arquivos. E eu já sabia muito bem que o acesso às fontes seria condição *sine qua non* para uma pesquisa de fôlego, como deveria ser um doutorado. Nada como a coragem dos vinte e poucos anos! Decidi fazer concurso na área de Historiografia, Teoria e Metodologia da História, pois me sentia confortável e gostava (ainda gosto) de discutir sobre o fazer historiográfico, teorias e metodologias. Fiz meu primeiro concurso em Minas, na UFJF, e não passei. Fiz o segundo na Bahia, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), e passei. Com uma mala pesadíssima e algumas caixas de livros, desci na rodoviária de Feira de Santana no início de fevereiro de 1997. Eu não conhecia a cidade, não tinha ideia da sua geografia física e política, história ou qualquer outra informação mais substancial. Então um amigo me disse que Feira de Santana era perto de Cachoeira. Eu tinha ido à Cachoeira, creio que em 1992, e na ocasião participei da festa da Irmandade da Boa Morte e conheci o prédio do Arquivo Municipal. Isso bastou para ratificar a decisão de me mudar para a Bahia.

Ser professora numa cidade entre o Recôncavo e o sertão da Bahia foi um divisor de águas na minha vida pessoal e nos meus horizontes intelectuais. Comecei a estudar e pesquisar história da Bahia e ensinar História da África na graduação. Eu tinha sido aprovada no concurso para a área de Teoria e Metodologia da História, como já disse



acima, mas a disciplina optativa da África constava na grade do curso, tinha uma grande demanda por parte dos alunos e nenhum professor disponível. Acabei me oferecendo, pois tinha “conhecimentos básicos” e me pareceu que seria uma oportunidade para estudar a matéria. Vejam então que comecei como “professora autodidata” de História da África. Isso foi nos idos de 1998.

Cheguei na UEFS muito empolgada para aprender e pesquisar história da Bahia. Junto com dois colegas, Wlamyra Albuquerque e Rinaldo Leite, elaborei um projeto dedicado ao levantamento de fontes sobre a história do Recôncavo baiano. Depois elaborei um outro projeto com Wlamyra e Walter Fraga, com o belíssimo título de *Itinerários da Memória*. Foi uma experiência incrível! Gosto de dizer que meu projeto de doutorado nasceu às margens do Paraguaçu, nas minhas idas e vindas, com colegas e alunos, entre Feira de Santana e Cachoeira. Nesses anos, através de Wlamyra e outros amigos, conheci o grupo de pesquisa *Escravidão e Invenção da Liberdade da UFBA*, coordenado por João José Reis. Era o que faltava para minha inserção definitiva na pesquisa e na historiografia baiana.

Agora sim, chego ao Doutorado. Ingressei no doutorado em História na UNICAMP no ano 2000. Fiz seleção na UFF e na UNICAMP. O resultado da UNICAMP saiu primeiro e não fui fazer a entrevista no Rio. Foi uma decisão consciente. Eu queria dialogar com os trabalhos produzidos na UNICAMP. Meu projeto inicial era sobre irmandades e identidades étnicas no Recôncavo da Bahia, no século XIX. Evidentemente, esse projeto foi fruto das minhas investidas nos arquivos do Recôncavo e de Salvador, do aprendizado na linha *Escravidão e Liberdade*, na UFBA, da experiência como professora “autodidata” de História da África, na UEFS. Mas é bom dizer que tive muita sorte! Tudo isso foi regado com o convívio e amizade de muitos pesquisadores baianos - ou radicados na Bahia - de várias gerações: João Reis, Cândido da Costa e Silva, Wlamyra Albuquerque, Gabriela Sampaio, Alberto Heráclito, Lisa Castillho, Nicolau Parés, Isabel Reis, Carlos Silva Jr, Antonio Luigi (Gino) Negro, só para ficar nos mais próximos.

Minha guinada africanista tomou corpo de fato no Doutorado. Primeiro na UNICAMP. Nas reuniões da Linha de Pesquisa em História Social da Cultura, nas conversas e aulas com Robert Slenes, nos debates e incontáveis reuniões com Silvia Lara - que foi minha orientadora - tive a oportunidade de conhecer a fundo uma bibliografia africanista internacional (com especial atenção para a África Central) que eu desconhecia completamente: Joseph Miller, John Thornton, Wyatt MacGaffley, Anne Hilton, entre



outros e outras. Foi nesse ambiente intelectual privilegiado que pude formular as perguntas que me levaram aos angolas da/na Bahia.

O segundo movimento da guinada aconteceu durante minhas pesquisas em Lisboa. Eu tive uma bolsa sanduíche da CAPES para ficar seis meses em Portugal. Assim que cheguei em Lisboa, tive uma longa e proveitosa conversa com a saudosa Professora Jill Dias. Ela me apresentou alguns dos seus orientandos e outros pesquisadores vinculados ao Centro de História África do Instituto de Investigação Científica Tropical (ISCTE). Entre eles: Adel Sidarus, Carlos Almeida, Gerhard Seibert, João Alexandre, Manuel Esteves, sendo os dois últimos angolanos. Jill também me deu um conselho: - Comece a pesquisa nas caixas de avulsos de Angola do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Acho que isso fez toda a diferença. Foi o que me levou a fazer um novo plano para meu estágio no exterior, incluindo quatro semanas de pesquisa em Angola, em abril de 2002. A generosidade da Jill Dias não acabou aí. Cheguei no Arcebispado de Luanda com uma carta de apresentação sua, escrita de próprio punho, endereçada ao Arcebispo. No Arquivo Nacional de Angola, contei com o apoio entusiasmado de Rosa Cruz e Silva, então diretora. No meu primeiro dia de trabalho, Seu Mateus - funcionário admirável e exemplar, responsável pela sala de pesquisa, e que era a cara do meu avô materno - me apresentou Roquinaldo Ferreira. Roque generosamente me orientou no “oceano” de códices do Arquivo Nacional de Angola. Sem esta orientação, tudo teria sido muito mais difícil, e talvez fosse muito diferente.

Seus estudos e pesquisas sobre a História da África sugerem também pensar o protagonismo de intelectuais negras e negros numa agenda intelectual e acadêmica no Brasil. Como você pensa isso?

Primeiro, é importante reconhecer o papel dos movimentos e dos intelectuais negros e negras na institucionalização da História da África no Brasil. No início do século XXI, talvez não chegasse a duas dezenas os historiadores brasileiros da África. Esse quadro só se modifica a partir de 2003, com a promulgação da lei 10.639. É certo que foram diversos os protagonistas (os antigos centros de pesquisa, a nova historiografia da escravidão atenta às experiências dos africanos), mas, entre eles, e certamente o mais decisivo em termos políticos, estão os movimentos negros. Nesse sentido, defendo que é importante reconhecer que, no Brasil, a expansão do ensino de História da África tem



uma ligação estreita com a bem-sucedida agenda de políticas públicas de combate ao racismo no âmbito da educação construída pelos movimentos negros. Então primeiro eu destaco essa agenda política.

Do ponto de vista de uma agenda intelectual e acadêmica, me parece que a presença cada vez maior de negros e negras como pesquisadores e professores nas universidades brasileiras - principalmente as públicas -, notadamente nas últimas duas décadas, reflete escolhas e estratégias de enfrentamento do racismo forjadas pela militância negra mais recentemente. Lembro bem que lá anos de 1990, nos debates do movimento negro nas universidades, havia não apenas a explícita manifestação de incômodo com a branquitude acadêmica, mas também o intento de ocupar espaços na pós-graduação e na docência. Ou seja, estava em pauta o projeto de ir além da militância estudantil, que se mostrava insuficiente para romper os obstáculos que impediam que temas, problemas e agendas políticas do movimento de pós-graduandos negros e negras interferissem de fato nas políticas e na gestão acadêmicas. Entre os temas caros aos jovens intelectuais e militantes negros, estavam as relações com o continente africano e a História da África. A África era, ao mesmo tempo, referência identitária e projeto político.

Aqui ou acolá surgem críticas (algumas internacionais) sobre as agendas acadêmicas dos historiadores do Brasil que pesquisam História da África. Como avalia isso?

Acho difícil, no atual estado da arte, falar tão seguramente de agendas. Penso que ainda carecemos de balanços que nos permitam conhecer melhor - não apenas elencar - o que se pesquisa sobre a África no Brasil, e em seguida, quais as linhas de força teórico-metodológicas que orientam essas pesquisas. Creio que estamos começando agora a fazer esses balanços.

De todo modo, creio que o ponto de partida para pensar as “agendas de pesquisa” dos historiadores brasileiros que pesquisam África é considerar os aspectos históricos e historiográficos que as informam. Em primeiro lugar, é preciso dizer que a história da África feita no Brasil tem vínculos estreitos com o lugar da África e dos africanos na história e na historiografia brasileira. Então não dá para ter a expectativa de que os interesses, temas, problemas, periodizações privilegiadas e questões formuladas pelos historiadores brasileiros sejam as mesmas de historiadores americanos, canadenses, franceses, portugueses ou nos vários países africanos. Aliás, acho que seria interessante



fazer essa comparação, para início de conversa. A dimensão política da institucionalização da História da África como disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino no Brasil, apresentada acima, expressa justamente uma das particularidades do lugar da África no Brasil. Então é inegável que a produção africanista brasileira é também demarcada por condicionantes que extrapolam os muros da academia.

De outra parte, é evidente que o crescimento e consolidação dos estudos africanos no Brasil está ancorado em referenciais intelectuais próprios, mas também em constante diálogo com a produção internacional. Na base da produção brasileira sobre África estão os centros de pesquisa criados a partir dos anos de 1950 (Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia foi fundado em 1959; Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, criado em 1969; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Cândido Mendes, criado em 1973); a historiografia da escravidão, que a partir da década de 1980 chamou a atenção da importância do *background* africano; os estudos sobre o tráfico de escravos africanos e sua relação com a formação da sociedade colonial e imperial brasileira.

Agora, acho importante destacar, o que aliás já foi feito por vários colegas africanistas estrangeiros, uma importante contribuição dos historiadores brasileiros e/ou formados no Brasil para a historiografia de Angola e Moçambique, notadamente, explorando fontes e arquivos coloniais na perspectiva de uma história “vista de baixo”. Os historiadores formados no Brasil, ou influenciados pela historiografia brasileira, sabem muito bem como trazer à luz o “ponto de vista africano” em fontes produzidas pelas autoridades coloniais. Os trabalhos dos renomados africanistas Roquinaldo Ferreira e Mariana Candido - graduados no Brasil e que mantêm estreito diálogo com a produção nacional- e, mais recentemente, os livros de Elaine Ribeiro sobre os carregadores na expedição de Henrique de Carvalho, de Cristiane Alfagali sobre os trabalhadores na Fábrica de Ferro de Nova Oeiras, de Matheus Serva Pereira sobre Lourenço Marques, de Gabriela Aparecida dos Santos, sobre o Reino de Gaza, entre outros, são belos exemplos desta contribuição.

DESAFIOS CAMPINEIROS

Fale um pouco do seu trabalho na graduação e pós-graduação na Unicamp, importante espaço acadêmico das viragens historiográficas nos últimos 25 anos.

O curso de História da UNICAMP forma professores e pesquisadores. Desde o início da minha carreira docente, na Bahia, tenho muita satisfação em orientar e trabalhar em grupo com alunos de graduação. Assim foi minha formação. Quando cheguei na UNICAMP, encontrei no CECULT, centro ao qual estou vinculada desde então, colegas que igualmente valorizam a iniciação científica e o trabalho e projetos coletivos que envolvem alunos da graduação e pós-graduação. No Departamento de História há também um grupo de docentes empenhados na formação de professores e na promoção de iniciativas voltadas para o ensino fundamental e médio. Estou vinculada ao Mestrado Profissional de História. Neste momento, estou particularmente envolvida em um projeto que reúne estudantes da graduação e da pós-graduação que estão preparando materiais didáticos para o ensino de História da África.

Quando ingressei no corpo docente do Departamento de História da UNICAMP, em 2012, meu plano de trabalho tinha como objetivo primeiro a consolidação da História da África como área de ensino e pesquisa, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Além das disciplinas oferecidas na graduação, orientei vários projetos de iniciação científica e monografias. Hoje tenho orientandos no mestrado e no doutorado que começaram comigo na iniciação científica, mas também tenho alunos que vieram de outras universidades brasileiras que fizeram iniciação científica e monografia de graduação sobre História da África. Isso é impressionante, um privilégio, considerando minha trajetória pessoal e a de muitos africanistas brasileiros da minha geração. Além da minha orientação pessoal, estes estudantes puderam se beneficiar de projetos coletivos desenvolvidos no CECULT, tais como a Base de Dados "Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa", que incluiu o levantamento de fontes sobre o trabalho forçado africano, por exemplo.

Na verdade, é importante ressaltar, lembrando o papel da UNICAMP nas viragens historiográficas sobre a escravidão e pós-abolição, que a criação da Linha de pesquisa em História Social da África, em 2006, foi um dos resultados dos debates que informaram minha tese de doutorado e de outros colegas. Assim, o reconhecimento dos referenciais africanos na experiência escrava suscitou o interesse pela História da África entre os historiadores da escravidão e da história das populações negras depois da abolição. Seria exaustivo listar aqui as pesquisas orientadas por Robert Slenes, apenas para ficar na nossa mais importante referência "unicampiana" - que atestam a importância



da UNICAMP neste movimento. Nesse sentido, a atenção às conexões e à diáspora é uma das principais características das pesquisas desenvolvidas na UNICAMP nas últimas duas décadas. Penso que a maioria das minhas iniciativas foi no sentido de reconhecer tal “tradição” e, ao mesmo tempo, estimular o desenvolvimento de pesquisas que partiam de temas, problemas e fontes africanas. Nesse sentido, muitos pós-graduandos da UNICAMP fizeram pesquisas e estágios nos países que guardam acervos e/ou são objeto das pesquisas, tais como (Angola, Moçambique, África do Sul, Portugal, Inglaterra).

Mas hoje há um grupo diverso que se dedica aos estudos africanos na UNICAMP, que abarca pesquisadores além da Linha de Pesquisa de África e diáspora africana (mudamos de nome e ementa recentemente), do CECULT e do Departamento de História. Da Linha de África e diáspora, fazem parte: Robert Slenes, Silvia Lara, Ricardo Pirola, Omar Ribeiro Thomaz e eu. Omar também orienta alunos, especialmente sobre Moçambique e Guiné, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Raquel Gomes, professora de História Contemporânea, pesquisa a África do Sul desde sua graduação. Aldair Rodrigues, professor de Brasil Colônia, vem estudando os [africanos] minas em Minas Gerais e está cada vez mais dedicado à pesquisa sobre a Costa da Mina. Elena Brugioni ingressou tem poucos anos no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), num concurso de Literatura Pós-colonial, mas é especialista em literatura moçambicana. Além destes colegas, têm outros cujos interesses pela história e literatura africana atravessam mais ou menos suas pesquisas, como Mário Medeiros, meu colega no Departamento de Sociologia. Acho que estamos numa nova era, quero crer.

Minhas pesquisas sobre Angola no século XVIII, que começaram no doutorado com o interesse pelas conexões entre Angola e Bahia, foram acrescidas de novos interesses. De um lado, continuo atenta a personagens e eventos que transitam em diferentes cenários do Atlântico luso-africano, o que inclui Angola. Mas também tenho me interessado cada vez mais pelas dinâmicas da colonização e da resistência africana no norte de Angola, nas cercanias do Reino do Congo. Também tenho alunos pesquisando outros “sertões” de Angola mais ao sul, às margens da colonização me interessam particularmente.

Também tenho interesses de pesquisa e orientandos que extrapolam a Linha de África. Orientei e oriento pesquisas sobre o associativismo negro em contextos e temporalidades diversas, o que de alguma forma ainda me liga ao tema geral que envolve as irmandades e os movimentos sociais negros. O interesse pelo estudo de trajetórias de



peças negras que transitam em vários cenários no mundo atlântico, no século XVIII, me fez abrir novas frentes de pesquisas: a história do racismo e a presença de libertos e livres de cor em Portugal é uma das principais.

MOBILIZAÇÃO E AGENDAS

Há uma importante geração de historiadoras negras – intelectuais importantíssimas – no cenário acadêmico brasileiro atualmente. Como você avalia o contexto atual e a inserção de uma historiografia potente sendo produzida por intelectuais negras e negros? Quais os desafios, armadilhas, dilemas e questões centrais?

Sim, de pleno acordo. No atual cenário acadêmico brasileiro há historiadoras negras importantíssimas, algumas da minha geração, outras mais jovens. Eu faço parte da Rede de Historiadoras e Historiadores Negras e Negros, que foi uma brilhante iniciativa da Ana Flávia Magalhães Pinto, e tenho tido a oportunidade de testemunhar a produção e as pesquisas de muitos jovens historiadores e historiadoras. São tantos trabalhos interessantes que mal consigo acompanhar. Tenho até receio de citar porque, certamente, farei injustiça esquecendo alguém.

A última parte da sua pergunta é muito difícil: desafios, dilemas, questões centrais... Acho que não sou capaz de fazer uma análise satisfatória em todas estas frentes. Mas vou compartilhar algumas impressões. O avanço e consolidação da política de cotas na graduação e na pós-graduação tornou a carreira acadêmica de estudantes negros e negras menos solitária do que foi na minha época. Possibilitou a criação de coletivos que pautam temas políticos e de cunho acadêmico, promovem debates, desafiam o *status quo* politicamente e epistemologicamente. Isso tem causado desconforto em muitos espaços e ocasiões. Eu tenho achado muito interessante. Tenho aprendido muito. Há cerca de quatro anos dei um curso sobre história do racismo e só então fui ler e discutir Lélia Gonzalez. No mesmo curso, alunas cobraram Angela Davis na bibliografia. Comecei a estudar a obra da Beatriz Nascimento há poucos meses, depois de ser “provocada” pelos debates trazidos por jovens intelectuais negras. Entendo que a obra destas intelectuais merece estudos críticos e cuidadosos. Acho um desrespeito serem citadas apenas por imposição da “diversidade”. Também me incomoda muito o exclusivo foco nas biografias. E olha que eu sou adepta fervorosa dos estudos de trajetória. Mas por



outro lado, o retrocesso político que vivemos hoje no Brasil tem a educação e a pesquisa como principais alvos de sua política de desmonte. Por exemplo, a atual escassez de bolsas atinge diretamente os estudantes negros e negras. Tenho presenciado esse impacto no cotidiano da universidade. É quase impossível fazer pesquisa de qualidade sem dedicação exclusiva. Eu tive bolsas de iniciação científica, mestrado, doutorado, sanduíche e outras, e devo minha formação a todos estes financiamentos públicos.

Como você avalia o seu papel acadêmico e intelectual – numa universidade pública – na formação de professores e pesquisadores?

Fui professora durante uma década em uma universidade pública da segunda maior cidade da Bahia, onde boa parte dos alunos, talvez a maioria, era negra. No segundo semestre de 2011, eu fui aprovada no concurso para professor de História da África na UNICAMP. Quando entrei pela primeira vez, como professora, em uma sala de aula do curso de História da UNICAMP, confesso que fiquei chocada. Numa turma de mais de quarenta alunos havia um pardo, os demais eram brancos, muitos de olhos claros. A primeira coisa que eu pensei foi: O que é que eu estou fazendo aqui? Passada a angústia inicial, fui me convencendo de que era importante para aqueles alunos terem uma professora negra. Era uma oportunidade de olharem o mundo de outro ponto de vista. Podia ser uma possibilidade de “desnaturalizar a desigualdade”, reconhecer sua branquitude. Certamente minha disciplina ajuda muito nesta tarefa. A História da África pode promover um movimento de descolonização da historiografia e, por conseguinte, do pensamento. Da mesma forma – isso me disse Silvia Lara, logo depois do baque da minha primeira aula –, eu estar naquele lugar (professora da UNICAMP) podia abrir portas para outros jovens negros e negras, mostrar que aquele lugar também poderia ser ocupado por eles e elas. Após a adoção das cotas na UNICAMP, tenho tido a oportunidade de sentir o que isso significa na prática. Às vezes me incomodo e temo ocupar o tempo todo esse lugar de referência. Também tenho horror à falácia do argumento meritocrático que volta e meia se apresenta em público. Digo sempre que o fato de ser a única professora negra do Departamento de História e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP é a evidência escancarada do racismo que impera em nossa sociedade, jamais o contrário. No IFCH, somos três professores autodeclarados pretos; eu conheço um pardo autodeclarado, também homem.

Esse lugar de referência pré-determinado tem implicações políticas que acabam interferindo diretamente na vida acadêmica de professores negros. Por exemplo, como somos poucos professores negros na UNICAMP, isso acabou por nos colocar no centro do movimento pelas cotas. Sem querer, nos tornamos referências nos debates públicos. Acompanhei na Bahia todo o movimento de afirmação e implantação das cotas nas universidades públicas. Acompanhei de perto, mas não me envolvi tanto como me envolvi na Unicamp, pois na Bahia eu era uma entre muitas, aqui não tinha como não se posicionar publicamente no departamento, na congregação do instituto, na reunião do Conselho Universitário. Não temos escolha e isso não deixa de ser um fardo imposto pelo racismo.

Fale sobre os seus projetos (editoriais e de pesquisa) em História da África. Quais são os desafios das novas agendas de pesquisa?

Estou escrevendo um texto, que pretendo apresentar como tese de livre-docência e depois como livro, fruto de uma pesquisa que comecei em 2010, sobre a trajetória de um liberto que nasceu em Mariana/MG, estudou cânones em Coimbra e morreu como missionário no Reino do Congo, no final do século XVIII. Estou na fase final de produção de uma coletânea que organizei com Roquinaldo Ferreira. A empreitada começou em 2018 e nosso objetivo primeiro era apresentar um balanço da historiografia africanista feita no Brasil, seus diálogos com a produção internacional e as perspectivas que vislumbramos para o campo. Ficamos animados com o resultado.

Fui definitivamente seduzida pelo estudo das trajetórias individuais, pelas potencialidades da redução de escala na pesquisa histórica. Tenho um rol de personagens incríveis que transitaram entre Brasil, Angola, Portugal. Mas, objetivamente, o que tenho certo para os próximos meses é começar uma pesquisa sobre estudantes naturais de Angola na Universidade de Coimbra, no século XVIII.

Recebido em: 01/02/2021

Aprovado em: 15/02/2021